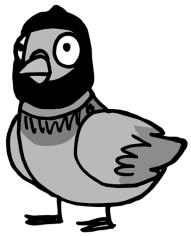
NÚMERO 29 25 NOV. 2026

A PASSARADA



JORNAL AUTÓNOMO DA ACAMPADA

JÁ NINGUÉM QUER ESTAR POR SUA CONTA

Talvez uma das vitórias mais obscenas da ordem que nos tem governado seja a de termos perdido a capacidade de suportar um futuro que não venha acompanhado de um manual de instruções (não será por acaso que o Comité Invisível acabou de escrever um, mas adiante). Depois de termos mergulhado, ainda que brevemente, numa experiência que nos arrancou à sucessão miserável dos dias, à solidão administrada, à organização capitalista do tempo e das relações, a possibilidade do seu desaparecimento produz uma angústia que excede largamente a perda de um lugar.

Perante o estabelecimento das condições que encetarão, a curtíssimo trecho, o fim da Acampada, o que ameaça desaparecer é uma maneira de se estar vivo.

Durante algumas semanas, a Acampada suspendeu, para muitas pessoas, a evidência de que a vida se resume a sobreviver-lhe. Devolveu espessura às horas, tornou indispensáveis presenças até então desconhecidas, fez do quotidiano uma matéria comum sobre a qual se tornou possível intervir. Acordar passou a significar alguma coisa - não porque tivéssemos encontrado um sentido para a existência, mas porque tínhamos começado a subtrair a nossa existência à maquinaria que a torna desprovida de sentido. Descobrimos, por instantes, que a vida não precisava de continuar a acontecer-nos como uma fatalidade.

Perante a possibilidade concreta de tudo isto se desmoronar, a pergunta «o que fazemos agora?» começa a circular com uma urgência de tonalidade desesperada, mas também disto convém desconfiar. Na verdade, esta pergunta não se fica por procurar compreender que iniciativas seremos ou não capazes de desenvolver, ou como se assegurará a continuidade da luta. Trata-se igualmente de procurar perceber QUEM se encarregará de impedir que regressemos à vida que tínhamos antes. QUEM garantirá que a intensidade experimentada não foi um acidente, que as cumplicidades não se dissolverão, que o tempo não voltará a ser essa extensão morta entre obrigações, consumos e pequenas compensações privadas. Ou seja, queremos desconsoladamente que alguém nos assegure que não voltaremos a ficar sozinhos. A exigência de uma resposta conclusiva denuncia, assim, uma espécie de pânico perante a restituição da nossa antiga condição e a perspectiva de perder o terceiro espaço inaugurado pela Acampada torna subitamente insuportável a ideia de regressar aos mais básicos trâmites do liberalismo existencial a que nos habituámos.

A contradição é particularmente cruel. Uma experiência que começou por interromper a organização habitual da existência vê-se confrontada com a exigência de reproduzir uma das suas disposições mais profundas, que é a necessidade de delegar noutros a determinação do que deve acontecer. Espera-se que alguém apareça com uma ideia, anuncie o próximo movimento, formule uma estratégia suficientemente convincente, distribua tarefas, restitua ao futuro uma aparência de previsibilidade (que lhe dê ares de possibilidade), como se fosse possível sermos dispensados da vertigem de termos de pensar e decidir. Como se a autonomia fosse uma condição que alguém nos pudesse entregar, devidamente organizada, com calendário e instruções de montagem. Queremos destituir a ordem que nos governa, mas continuamos a procurar, entre nós, quem exerça a função de nos governar. A política regressa, pela porta das traseiras, como administração das nossas expectativas. E a velha separação entre aqueles que sabem o que fazer e aqueles que aguardam que lhes seja dito ameaça reinstalar-se precisamente no interior da experiência que a tinha começado a abolir.

E não se trata de uma confusão simplista com uma qualquer insuficiência individual de coragem ou de inteligência política. Sabemos como a nossa dependência foi laboriosamente produzida.

O capitalismo não se limita a explorar o trabalho, a confiscar o tempo ou a organizar a escassez, empobrece sistematicamente as nossas capacidades de habitar o mundo sem a sua mediação. Destrói os meios materiais da autonomia, dissolve os saberes partilhados, torna-nos estrangeiros às condições da nossa própria existência e oferece-nos, em contrapartida, uma liberdade reduzida à escolha entre modalidades de submissão. A separação não é apenas aquilo que nos acontece quando estamos sozinhos, é a própria organização social que nos impede de fazer alguma coisa juntos sem recorrer às formas, aos dispo-

sitivos e às autoridades que nos mantêm separados. Mesmo quando nos insurgimos, transportamos connosco essa mutilação. Queremos uma ruptura, mas exigimos-lhe a segurança de uma instituição. Queremos abandonar este mundo, mas pedimos-lhe que nos forneça o itinerário da saída e, já agora, o próximo, com chave na mão.

Ora, qualquer experiência de ruptura não se faz acompanhar de qualquer obrigação de garantir a sua própria perpetuação. A Acampada não é uma instituição por fundar, uma organização à espera de estatutos, nem uma pequena sociedade alternativa cuja sobrevivência deva converter-se na medida do nosso êxito - o que nela se tornou possível não cabe nas suas tendas, nas suas assembleias ou na sua geografia provisória.

Uma forma política torna-se moribunda quando o desespero pela sua conservação se torna mais importante do que aquilo que a fez nascer, quando a preocupação em manter a estrutura substitui a capacidade de produzir situações. Quando a continuidade deixa de significar o aprofundamento de relações e possibilidades concretas para passar a significar a reprodução de uma identidade colectiva. Pelo que a urgência que agora sobe dos estômagos aos pensamentos, não caberá tanto em tentativas febris de salvamento da Acampada mas deverá passar pela tentativa de compreensão sobre o que nela surgiu enquanto irrecuperável para a normalidade capitalista e de impedir que essa descoberta venha a ser neutralizada pela nossa necessidade de previsibilidade e segurança.

O que experimentámos, afinal, não foi apenas uma maneira diferente de organizar a actividade política. Foi, em alguns momentos, a possibilidade de fazer coincidir a vida e aquilo que habitualmente designamos por política. Cozinhar, vigiar, cuidar, discutir, construir abrigos, reconhecer necessidades, enfrentar conflitos, tomarmos conta umas das outras - e nenhuma destas actividades precisava de uma justificação exterior para adquirir densidade política. Não estávamos simplesmente a preparar um acontecimento futuro, porque já se tratava, a cada momento, de experimentar outras texturas da existência. E é precisamente essa indistinção entre os meios e os fins, entre a transformação da vida e a vida que se transforma, que ameaça escapar-nos quando voltamos a perguntar qual é o próximo passo, como se tudo o que fizemos até agora tivesse sido apenas o preâmbulo de uma política que ainda não começou. A nossa impaciência por chegar a algum lado arrisca-se a fazer-nos perder aquilo que esta experiência trouxe de mais valorativo.

Não se trata de celebrar a indeterminação, nem de converter a ausência de estratégia numa virtude revolucionária. A abertura não dispensa o pensamento, a preparação, a disciplina ou a capacidade de tomar decisões. Dispensa, isso sim, a ficção de que alguém pode antecipar o desenvolvimento de uma situação viva e entregar aos restantes uma sequência de acontecimentos suficientemente tranquilizadora. Já se demoraram a pensar no actual estado do mundo? Nenhuma inteligência estratégica digna desse nome se pode, neste momento, confundir com a administração de certezas. O que podemos preparar são as condições materiais da nossa disponibilidade, a consistência das nossas relações, a circulação dos nossos saberes, a multiplicação dos lugares onde a vida se torne menos dependente das estruturas que a governam. A organização não tem de ser o contrário da espontaneidade, mas também não pode tornar-se o seu túmulo. Organizar-nos deveria significar aumentar a capacidade de cada uma para agir com as outras, e não aperfeiçoar os mecanismos pelos quais continuamos à espera de mapas prontos, ou a forma como nos submetemos a um eventual determinismo histórico que, com a obstinação devida, venha subitamente virar as condições materiais da vida a nosso favor, abrindo espaço a uma passagem limpa para um futuro que cante.

«O que fazemos agora?» é uma pergunta que precisamos de afinar e desenvolver. Não como uma provocação arrogante, nem como uma maneira de abandonar cada pessoa à sua própria sorte, mas como o início de uma responsabilidade que já não podemos delegar.

Se durante algumas semanas fomos capazes de produzir relações, organizar necessidades, inventar tarefas e reconhecer-nos como parte de uma existência comum, por que razão a eventual perda daquele território nos devolveria imediatamente à condição de espectadoras? Que espécie de transformação teria ocorrido se, no instante em que desaparecesse a estrutura que a acolheu, desaparecesse também a nossa disposição para a continuar? A autonomia não começa quando todos sabem exactamente o que fazer. Começa quando deixamos de considerar a ausência de instruções uma razão suficiente para não fazer nada. E uma comunidade política não se mede pela quantidade de pessoas que consegue reunir à volta de um programa, mas pela capacidade que desenvolve de tornar cada vez menos necessária a existência de quem o dita.

Não sabemos o que acontecerá à Acampada, nem que formas poderão suceder-lhe. Qualquer futurologia seria, neste momento, uma mão-cheia de nada, uma pequena fraude destinada a tranquilizar quem receia ficar novamente sozinha. Mas talvez seja precisamente a ausência de garantias que nos obrigue, finalmente, a levar a sério aquilo que experimentámos. Não existe um mundo novo à nossa espera, cuidadosamente preservado do outro lado da catástrofe e nenhuma força histórica se encarregará de nos conduzir até ele. As possibilidades que entrevimos terão de encontrar os seus próprios meios de existência, multiplicar-se em situações que não podemos antecipar, estabelecer cumplicidades que ainda desconhecemos, desertar das formas de vida que nos foram impostas. Não pomos as nossas fichas nas reproduções miméticas de ontens, queremos saber se que fizemos nos tornou menos disponíveis para continuar a viver como antes. Se a Acampada tiver servido apenas para nos oferecer, durante algumas semanas, uma comunidade provisória da qual voltaremos a sair à espera de novas instruções, teremos experimentado uma interrupção sem consequências. A derrota mais profunda não será a de se perder qualquer espaço rasgado à repetição infinita da normalidade pelas nossas mãos, será a de descobrir que, mesmo depois de termos experimentado viver de outras maneiras, continuamos a precisar de autorização para o fazer ou que não fomos capazes de somar à imaginação músculos de propulsão.